

Agradecimentos.....	7
Intróito.....	9
Prefácio.....	11
Apresentação.....	15
1. Introdução.....	23
2. Poder Judiciário, processo, democracia e hermenêutica.....	27
2.1. A Democracia: Aspectos Relevantes.....	28
2.2. Democracia e Garantias Constitucionais do Processo.....	37
2.2.1. O Princípio Democrático e o Acesso à Jurisdição Constitucional.....	41
2.2.2. A Legitimidade Restrita para Propositura das Ações do Controle Concentrado.....	46
2.2.3. A eficácia vertical dos direitos fundamentais e sua aplicação nas relações horizontais.....	49
2.2.4. A teoria da negação da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas.....	51
2.2.5. A teoria da eficácia mediata ou indireta dos direitos fundamentais.....	54
2.2.6. A teoria da eficácia direta ou imediata dos direitos fundamentais.....	55
2.3. Crise do Estado, da Constituição e a Hermenêutica.....	57
2.3.1. Crise da Constituição.....	60
2.3.2. A crise do Direito Processual.....	64
2.3.3. Hermenêutica e superação das complexidades.....	70
2.3.3.1. Do procedimentalismo ao substancialismo: qual a melhor saída?.....	74

2.3.4. A superação da crise do Processo revelada através da Hermenêutica .....	79
3. Decisão judicial, racionalidade, legalidade e discricionariedade.....	87
3.1. Sentença.....	87
3.1.1. Sentença no CPC.....	88
3.1.2. Espécies de sentenças.....	89
3.1.3. Destinatários, eficácia e efeitos da sentença .....	95
3.1.4. Elementos e aspectos de relevo da sentença .....	96
3.1.5. Sentença e o dever de fundamentação .....	98
3.2. O dispositivo da sentença é o que importa?.....	103
3.2.1. <i>A obiter dictum</i> .....	106
3.2.2. A escolha para uma teoria da validade da <i>obiter dictum</i> .....	107
3.2.3. Os critérios para a validade.....	111
3.2.3.1. A fundamentação jurídica .....	112
3.2.3.2. O pedido ser juridicamente possível.....	115
3.2.3.3. O dispositivo ser juridicamente e fisicamente possível...	117
4. Ativismo judicial e controle de constitucionalidade: (des)controle judicial de políticas públicas .....	119
4.1. A visão do ativismo judicial na jurisdição espanhola .....	124
4.2. Ativismo judicial e judicialização da política .....	128
4.3. O ativismo como uma ficção hermenêutica .....	135
4.3.1. O ativismo judicial enquanto teoria.....	137
4.3.1.1. O ativismo judicial pela ótica positiva .....	138
4.3.1.2. O ativismo judicial pela ótica negativa.....	142
4.3.1.2.1. O ativismo como ação ilegítima do Estado.....	144
4.3.1.2.2. Democracia e juristocracia .....	146
4.3.1.2.3. Os desacordos morais razoáveis .....	148
4.3.1.3. O ativismo judicial pela lógica prática .....	151
4.3.1.4. A síntese: a ficção hermenêutica .....	156
4.3.2. A judicialização da política e de políticas públicas como um fenômeno consequencialista e não hermenêutico .....	158
4.4. O controle judicial e a concretização de políticas públicas.....	162

4.4.1. O controle judicial de políticas públicas realizado pelo Supremo Tribunal Federal .....	164
4.5. Limites ao controle judicial de políticas públicas?! .....	194
4.6. Critérios processuais de autocontenção ( <i>standing to sue</i> , <i>a ripeness</i> , <i>a mootness</i> e <i>a political question</i> ) .....	202
5. Sistema brasileiro de precedentes e jurisdição constitucional: para uma forma (ficção) de ativismo judicial?! .....	203
5.1. Conceito de precedentes .....	204
5.1.1. Sistema de precedentes à brasileira e a influência do CPC .....	208
5.1.1.1. A fundamentação e estrutura dos precedentes .....	210
5.1.1.2. A força dos precedentes e o Poder Judiciário .....	212
5.1.1.2.1. Os precedentes e a inconstitucionalidade .....	214
5.1.1.2.2. Os precedentes à brasileira e os formadores de precedentes .....	216
5.1.1.2.3. Influência, efeitos e superação dos precedentes .....	218
5.1.1.2.4. Conflito entre precedentes .....	220
5.1.1.2.5. Precedentes: para uma forma (ficção) de ativismo judicial?! .....	220
5.2. Reclamação e o descumprimento dos precedentes .....	221
5.2.1. Natureza jurídica .....	224
5.2.2. Classificação da Reclamação .....	228
5.2.3. Cabimento .....	229
5.2.4. Sujeitos da Reclamação .....	231
5.2.5. Procedimento, julgamento e efeitos da reclamação .....	232
5.2.6. Reclamação e Ativismo Judicial: o Batman de Gotham City?! .....	234
6. Aplicações práticas da jurisdição constitucional brasileira .....	237
6.1. O constitucionalismo .....	238
6.1.1. A necessidade de criação de um mecanismo de proteção da Constituição .....	241
6.1.2. A proteção jurisdicional da Constituição .....	243
6.1.2.1. O Controle Concentrado de Constitucionalidade .....	245
6.1.2.2. O controle difuso de constitucionalidade .....	246

6.1.3.	O recurso extraordinário brasileiro como instrumento de aproximação entre os sistemas de controle de constitucionalidade .....	250
6.1.3.1.	O recurso extraordinário e a sua disciplina no ordenamento jurídico brasileiro.....	251
6.1.3.2.	Os Efeitos da Decisão em Recurso Extraordinário.....	254
6.1.3.3.	O Elo de Aproximação entre os Sistemas de Controle de Constitucionalidade no Brasil.....	255
6.2.	A Omissão do Legislador na Regulamentação das Políticas Públicas de Incentivo à Adoção e a Atuação da Jurisdição Constitucional para Efetivação dos Direitos Fundamentais.....	256
6.2.1.	As normas de eficácia programática e a inconstitucionalidade resultante de sua inobservância .....	258
6.2.2.	A Constituição Federal de 1988 e as normas programáticas em relação à adoção, a falta de norma regulamentadora do art. 227, § 3º, VI, CF/88 .....	262
6.2.3.	Possibilidade de ajuizamento de mandado de injunção para colmatar o vácuo normativo do legislador .....	263
6.3.	A Supressão de Omissão Inconstitucional por Meio de Interpretação Constitucional: a ADO 26 e o MI 4.733 .....	264
6.3.1.	A ADO 26 e o MI 4.733.....	271
6.3.2.	A Decisão Judicial como Instrumento de Efetivação de Direitos Fundamentais Mediante a Aplicação dos Métodos Interpretativos Constitucionais.....	274
6.4.	A Resolução n. 23.389/2013 do Tribunal Superior Eleitoral e a Tensão entre os Poderes Constituídos.....	281
6.4.1.	A Resolução n. 23.389/2013 do Tribunal Superior Eleitoral e a Declaração de Inconstitucionalidade Proferida pelo Supremo Tribunal Federal .....	285
6.5.	A Função Normativa da Jurisdição Constitucional .....	286
7.	Elementos para uma teoria do controle (ativismo) coparticipativo, colaborativo e dialogal .....	299
7.1.	Elementos.....	307
7.2.	Modelo cooperativo e os envolvidos .....	312
7.3.	Limites.....	327
7.4.	Ativismo judicial baseado em diálogo dos envolvidos, interessados e instituições.....	337

---

7.5. Elementos para uma teoria do ativismo judicial coparticipativo, co-laborativo e dialogal.....	339
7.6. Processo estrutural e ativismo: algo em comum? .....	347
7.6.1. O que é processo estrutural? .....	347
7.6.2. Deferência e diálogo .....	366
7.6.3. Art. 52, X, da Constituição Federal .....	370
7.6.4. Algumas (in)certezas entre a jurisdição e a ficção .....	374
8. Considerações finais.....	375
9. Posfácio.....	381
10. Referências .....	385